

ESTADOS FALIDOS

Governo estima dívida total em R\$ 89 bilhões

Pública

Problema é considerado gigantesco e capaz de pôr em risco o plano de estabilização

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — A dívida dos Estados soma hoje cerca de R\$ 89 bilhões, segundo os últimos levantamentos da área econômica do governo. É considerada um problema gigantesco, capaz de colocar em risco o plano de estabilização, e por isso vem recebendo diferentes tipos de tratamento por parte do governo federal. Todas as soluções propostas, no entanto, têm em comum a idéia de que o socorro será dado em troca de corte nas despesas e aumento das receitas estaduais. Um modelo inspirado nas exigências que o Fundo Monetário Internacional (FMI) faz para ajudar países em aperto.

Ocorre, porém, que as dificuldades dos governadores são tantas que eles não cumpriram o mínimo exigido. Em julho, por exemplo, quando se esperava que os Estados pagassem a primeira parcela do empréstimo de emergência que tomaram na Caixa Econômica Federal (CEF), o que se viu foi uma romaria de governadores e políticos ao gabinete do ministro da Fazenda, Pedro Malan. Com uma justificativa ou outra, eles repetiam sempre que não tinham como honrar o compromisso. Não tinham vendido suas estatais nem demitido funcionários. Para o governo federal isso significa que os governadores não fizeram o "dever de casa".

A saída para o governo foi conceder uma espécie de moratória de 90 dias, em agosto, para o pagamento da primeira parcela dos empréstimos. Na verdade, a União estava sendo bastante rigorosa, porque só beneficiava Estados que já tivessem uma lei, aprovada pela Assembleia Legislativa, autorizando a venda de empresas estaduais. Quem não tivesse autorização para privatizar não

poderia adiar o pagamento. Poucos atendiam a esse requisito: São Paulo, Rio, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Bahia e Goiás. São Paulo não tomou o empréstimo de emergência.

Bancos — Para socorrer os demais, o governo federal autorizou a CEF a comprar dívidas que os Estados assumiram nos bancos. A garantia dada à União foi a previsão de arrecadação de impostos. São empréstimos caros, que custam em média 4,5% ao mês. Os pagamentos desses empréstimos de emergência e dos financiamentos tomados na CEF para habitação popular e saneamento — as chamadas dívidas contratuais — consomem às vezes mais de 20% das receitas dos Estados. O problema é que os Estados comprometem, em média, 70% de tudo o que arrecadam com despesas de pessoal. Alguns, como o Espírito Santo, comprometem 100% da receita.

Há outro pedaço do bolo da dívida que não vem sendo pago. São as dívidas em títulos (ou mobiliária), que a equipe econômica do governo está querendo renegociar em condições especiais. Estimada num total de

R\$ 40 bilhões, essa dívida está no mercado e a idéia dos técnicos do Tesouro é que seja assumida pela União para ser cobrada diretamente dos governadores — com taxa de juros bem mais baixa.

Desde o governo Itamar Franco, nenhum centavo da dívida mobiliária vem sendo pago, e quando precisam emitir títulos para honrar compromisso, os governadores recorrem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que tem a função de zelar pelos limites de endividamento do setor público. Esses pedidos, em regra, nunca são negados, o que já foi classificado pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC) como "uma obscenidade, uma delícia que só o Senado faz, com a leniência do governo federal".

PARA
PLANALTO,
'DEVER DE CASA'
NÃO FOI FEITO